



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN  
GABINETE DO PREFEITO



PAULO DE FRONTIN

*Uma Fronteira para*

MENSAGEM Nº 012 /2022.

EXMO. SENHOR PRESIDENTE E PARES DA CÂMARA MUNICIPAL

Temos a grata satisfação de submeter à apreciação dessa Ex.ª Casa Legislativa o Inciso Projeto de Lei nº 012/2022, que versa sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 10.531.676,76 (dez milhões, quinhentos e trinta e um mil, seiscentos e setenta e seis reais, setenta e seis centavos) referente a Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2021 de Recursos do Estado, nas contas 14233-6; 14754-0; 3734-6; 5046-6; 5052-4; 5054-7; 6012-7 (Banco do Brasil e Bradesco).

Desta forma, na procura da legitimidade e esmero de nossos trabalhos, e em acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, encaminhamos o presente projeto de lei, para apreciação, discussão e votação, por parte desta egrégia Câmara Municipal em caráter de **URGÊNCIA URGENTÍSSIMA**, por se tratar de verba para a Saúde.

No ensejo, reiteramos os nossos votos de estima e distinta consideração.

Eng. Paulo de Frontin, 05 de abril de 2022.

JOSÉ EMMANUEL RODRIGUES ARTEMENKO

Prefeito Municipal

Eng. Paulo de Frontin, 05 de abril de 2022

Protocolo nº 1903 de 05/04/22

Ass. nº 04 Fl. 24/25

Ass. [assinatura]

Câmara Municipal de Engº Paulo de Frontin

Recebido em 05/04/2022

Hora: 15:44

Ass. [assinatura]



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN  
GABINETE DO PREFEITO



PAULO DE FRONTIN

*Uma Frontin para todos*

PROJETO DE LEI Nº 02 DE 05 DE ABRIL DE 2022

Município de Engº Paulo de Frontin  
Projeto de Lei nº 02 de 05/4/22  
Fls. 24/25  
ASS. \_\_\_\_\_

EMENTA: "Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Vigente"

A CÂMARA MUNICIPAL DE ENG. PAULO DE FRONTIN aprova e eu, José Emmanuel Rodrigues Artemenko, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte

LEI MUNICIPAL

Art. 1º. Em conformidade com o artigo 4º da Lei Municipal nº 1584, de 14 de dezembro de 2021, fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por Superávit Financeiro, na importância de R\$ 10.531.676,76 (dez milhões, quinhentos e trinta e um mil, seiscentos e setenta e seis reais, setenta e seis centavos), com as seguintes classificações e desmembramentos:  
FONTE 0022 = R\$ 10.531.676,76 (Recursos do Estado)

- Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT): R\$ 6.169.912,80

Órgão	Unid	Função	Sub função	Programas	Proj/Ativ	Elemento de Despesa	Fonte	Valor (R\$)
03	001	10	301	3003	2431	3.3.90.30.00.00.00.0	2.621.000	669.912,80
03	001	10	301	3003	2431	3.3.90.32.00.00.00.0	2.621.000	3.380.000,00
03	001	10	301	3003	2431	3.3.90.39.00.00.00.0	2.621.000	2.200.000,00

- SAMU Regional: R\$ 559.627,17

Órgão	Unid	Função	Sub função	Programas	Proj/Ativ	Elemento de Despesa	Fonte	Valor (R\$)
03	001	10	302	3004	2314	3.1.90.11.00.00.00.0	2.621.000	80.000,00
03	001	10	302	3004	2314	3.1.90.13.00.00.00.0	2.621.000	14.627,17
03	001	10	302	3004	2314	3.3.90.14.00.00.00.0	2.621.000	18.000,00
03	001	10	302	3004	2314	3.3.90.30.00.00.00.0	2.621.000	110.000,00
03	001	10	302	3004	2314	3.3.90.36.00.00.00.0	2.621.000	50.000,00
03	001	10	302	3004	2314	3.3.90.39.00.00.00.0	2.621.000	100.000,00
03	001	10	302	3004	2314	4.4.90.52.00.00.00.0	2.621.000	170.000,00

- Programa de Apoio aos Hospitais do Interior (PAHI): R\$ 903.012,74

Órgão	Unid	Função	Sub função	Programas	Proj/Ativ	Elemento de Despesa	Fonte	Valor (R\$)
03	001	10	302	3004	2313	3.3.90.30.00.00.00.0	2.621.000	452.012,74
03	001	10	302	3004	2313	3.3.90.39.00.00.00.0	2.621.000	350.000,00
03	001	10	302	3004	2313	4.4.90.52.00.00.00.0	2.621.000	100.000,00

- COFIRAPS: R\$ 632.930,34

Órgão	Unid	Função	Sub função	Programas	Proj/Ativ	Elemento de Despesa	Fonte	Valor (R\$)
03	001	10	302	3004	2317	3.1.90.11.00.00.00.0	2.621.000	96.930,34

José Emmanuel R. Artemenko  
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO



PALÁCIO DE FLORESTA

*Uma Frontin para todos*

03	001	10	302	3004	2317	3.1.90.13.00.00.00.0	2.621.000	60.000,00
03	001	10	302	3004	2317	3.3.90.30.00.00.00.0	2.621.000	200.000,00
03	001	10	302	3004	2317	3.3.90.36.00.00.00.0	2.621.000	76.000,00
03	001	10	302	3004	2317	3.3.90.39.00.00.00.0	2.621.000	100.000,00

• PREFAPS: R\$ 847.707,68

Órgão	Unid	Função	Sub função	Programas	Proj/Ativ	Elemento de Despesa	Fonte	Valor (R\$)
03	001	10	301	3003	2316	3.1.90.11.00.00.00.0	2.621.000	4.2.707,68
03	001	10	301	3003	2316	3.1.90.13.00.00.00.0	2.621.000	200.000,00
03	001	10	301	3003	2316	3.3.90.30.00.00.00.0	2.621.000	80.000,00
03	001	10	301	3003	2316	3.3.90.32.00.00.00.0	2.621.000	0,00
03	001	10	301	3003	2316	3.3.90.36.00.00.00.0	2.621.000	15.000,00
03	001	10	301	3003	2316	3.3.90.39.00.00.00.0	2.621.000	80.000,00
03	001	10	301	3003	2316	4.4.90.52.00.00.00.0	2.621.000	50.000,00

• Covid-19: R\$ 48.050,00

Órgão	Unid	Função	Sub função	Programas	Proj/Ativ	Elemento de Despesa	Fonte	Valor (R\$)
03	001	10	302	3004	2319	3.3.90.30.00.00.00.0	2.621.000	48.050,00

• COFI-VS - Vigilância: R\$ 230.662,44

Órgão	Unid	Função	Sub função	Programas	Proj/Ativ	Elemento de Despesa	Fonte	Valor (R\$)
03	001	10	304	3006	2312	3.1.90.11.00.00.00.0	2.621.000	100,00
03	001	10	304	3006	2312	3.3.90.30.00.00.00.0	2.621.000	14.851,76
03	001	10	304	3006	2312	3.3.90.36.00.00.00.0	2.621.000	15.168,84
03	001	10	304	3006	2312	3.3.90.39.00.00.00.0	2.621.000	20.562,40
03	001	10	304	3006	2312	4.4.90.52.00.00.00.0	2.621.000	80.000,00

• Assistência Farmacêutica Básica: R\$ 398.570,09

Órgão	Unid	Função	Sub função	Programas	Proj/Ativ	Elemento de Despesa	Fonte	Valor (R\$)
03	001	10	303	3005	2310	3.3.90.32.00.00.00.0	2.621.000	398.570,09

• FINANSUS: R\$ 741.203,50

Órgão	Unid	Função	Sub função	Programas	Proj/Ativ	Elemento de Despesa	Fonte	Valor (R\$)
03	001	10	302	3004	2318	3.3.90.30.00.00.00.0	2.621.000	200.000,00
03	001	10	302	3004	2318	3.3.90.32.00.00.00.0	2.621.000	140.703,50
03	001	10	302	3004	2318	3.3.90.39.00.00.00.0	2.621.000	400.500,00

Art. 2º. O recurso para atender à presente suplementação é o fundo de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2021; conforme inciso I do Art. 43 da Lei nº 4.320 de 17/03/64.

Parágrafo Único. O Superávit Financeiro apurado a que se refere o caput está demonstrado da seguinte forma:

Atestado de Engº Paulo de Frontin  
nº 902 de 05/12/2021  
p. 04 Fls. 24/24  
Agência 4647-7 (Banco do Brasil): Contas 14233-6; 1754-0  
Agência 6787 (Bradesco): Contas 3734-6; 5046-6; 5052-6; 5047-7; 6012-7

ASS.

José Emmanuel R. Antunes  
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO

PAULO DE FRONTIN

*Uma Frontin para*


ATIVO		
FINANCEIRO		
Disponibilidades	R\$ 12.235.203,80	Obrigações
		Superávit
Total	R\$ 12.235.203,80	Total

PASSIVO	
FINANCEIRO	
	R\$ 12.235.203,80
	R\$ 10.231.676,76
	R\$ 12.235.203,80

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Engenheiro Paulo de Frontin, 05 de abril de 2022

  
JOSÉ EMYR DE ALMEIDA  
Prefeito Municipal

Engenheiro Paulo de Frontin  
Protocolo nº 903 de 05/04/22  
Ass. 08 Fl. 24/25  
Ass. 

## Andamento Processual

Processo nº CM PROCESSO Nº 1903 Data 05/4/22  
 Origem EXECUTIVO Processo nº PLE 12/22  
 Assunto ABERT. CRED. ADIC. SUPL. NO VIGENTE ORÇ.  
 Prazo URG/URG. Termino do Prazo \_\_\_\_\_

## Despacho

Da Secretaria da Câmara para Presidência Data: 05/4/22  
Rubrica: AB

Recebido pela Mesa em                    /                    /

Da Mesa para: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Recebido pela Comissão em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Rubrica: \_\_\_\_\_

Convocada reunião da Comissão para: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ às \_\_\_\_ hs

Retorno ao Plenário com Parecer em:        /        /

## Da tramitação em Plenário: Andamento do Processo

THE UNIVERSITY OF CHICAGO  
 LIBRARY  
 540 EAST 57TH STREET  
 CHICAGO, ILL. 60637



## PARECER

Ementa: “Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente”.

### I – CONSULTA:

Foi encaminhado a esta Procuradoria desta Casa de Leis para emissão de parecer, o Projeto de Lei nº. 012/2022 (Mensagem 012/22), de autoria do Executivo Municipal, que tem por escopo dispor sobre a abertura de crédito adicional SUPLEMENTAR no orçamento vigente.

É o sucinto relatório. Passo a análise jurídica.

### II – FUNDAMENTAÇÃO:

#### 2.1. Da Competência e Iniciativa

O projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no art. 30, inciso I da Constituição da República e no **art. 69, incisos II e VI da Lei Orgânica Municipal**.

Trata-se de propositura de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme dispõe o art. 106 c/c 109 da Lei Orgânica Municipal.

Desta forma, quanto à competência e iniciativa a Consultoria Jurídica OPINA favorável a tramitação do Projeto de Lei em comento.

#### 2.2. Da Legislação Federal Vigente

Um dos objetivos do sistema orçamentário inaugurado pela Constituição da República de 1988 é exatamente o de permitir o controle sobre os recursos públicos e o equilíbrio orçamentário. Talvez por isso, o artigo 167 da Constituição Federal elenca vedações orçamentárias que, de algum modo, não possibilitariam alcançar-se o controle dos recursos ou o equilíbrio orçamentário, dentre elas se destacam:

- a) programas e projetos não podem ser iniciados sem que estejam incluídos na lei orçamentária anual;
- b) a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas não podem exceder os créditos orçamentários ou adicionais;
- c) a realização de operações de crédito, não podem exceder o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante crédito suplementares com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;
- d) abertura de créditos suplementares ou especial está condicionada a prévia autorização legislativa e indicação dos recursos correspondentes;
- e) impõem-se autorização legislativa para a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro; e
- f) a concessão ou utilização de créditos é limitada.

A abertura de crédito adicional especial é destinada para despesas não previstas no orçamento, de acordo com os artigos 40, 41 e 42 da Lei nº. 4.320/64:

“Lei Federal nº. 4.320/64

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

**I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;**

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Assim, impondo limites às ações do executivo, os dispositivos supramencionados pretendem limitar o



Estado do Rio de Janeiro  
Município de Engenheiro Paulo de Frontin  
Câmara Municipal de Engº. Paulo de Frontin

gasto público ao previsto no orçamento, que é valorizado na medida em que exige autorização legislativa para abertura de créditos estranhos ao orçamento vigente.

2.3. Das Classificações e Fontes de Recursos

O artigo 1º do Projeto de Lei em comento solicita autorização legislativa para abertura de crédito especial no valor que estabelece.

Nos termos do artigo 2º, **os créditos seriam oriundos de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício 2021.**

Outra consideração a ser feita, preceitua que os créditos adicionais jamais poderão ser instituídos sem a existência das correspondentes receitas excedentes, e serão precedidos de exposição e justificativa, conforme determina o art. 43 da Lei Federal n. 4.320/1964, in verbis:

“Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e **será precedida de exposição justificativa.**”

**NO ENTANTO, NÃO EVIDENCIAMOS A PRECEDÊNCIA DE EXPOSIÇÃO JUSTIFICATIVA APRESENTADA COMO REALIZADO EM OUTROS TEMPOS.**

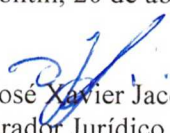
**III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, a Consultoria Jurídica opina pela IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA da tramitação, discussão e votação do projeto de lei ora examinado pelo não cumprimento de expressa determinação legal.

Opinamos pela devolução e correção com adequações.

É o parecer,  
salvo melhor juízo.

Engº. Paulo de Frontin, 20 de abril de 2022.

  
Maurício José Xavier Jaccoud  
Procurador Jurídico